

O prédio do Museu é novo ou velho?

O prédio do Museu da UFRGS como patrimônio cultural, espaço de educação patrimonial e de fruição¹

Lucas André Gasparotto²

Resumo

O artigo propõe reflexões sobre a prática de Estágio de Docência em História III – Educação Patrimonial, disciplina obrigatória do Curso de Licenciatura em História da UFRGS. Parte-se de ação educativa desenvolvida no Museu da UFRGS, durante os meses de setembro a novembro de 2011, que resultou na elaboração de um jogo pedagógico contendo informações sobre a história do prédio do Museu, construído em 1910 e restaurado em 2001 após processo de tombamento. A efetivação da proposta possibilitou discutir questões relativas ao patrimônio cultural tangível e intangível com alunos da educação básica e, no que diz respeito à formação do licenciado, refletir sobre o conceito de lugar de memória, de Pierre Nora, salientando a interação entre memória e História, e o patrimônio como maneira de viver as rupturas, nutrido pela problematização da ordem do tempo, tal qual definido por François Hartog. Ante essas possibilidades, a experiência oferece o entendimento de que ações educativas desenvolvidas no espaço do museu são capazes de ressignificar narrativas, discursos e interpretações, pensando o museu como espaço para aquisição de novos conhecimentos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Educação Patrimonial; Museu; História; Memória.

Abstract

The paper offers reflections on the practice of Internship of History Teaching in III - Heritage Education, a compulsory subject in the History Degree at UFRGS. It starts with an educational action developed at the UFRGS Museum, during the months of September-November of 2011, which resulted in the development of an educational game containing information about the history of the museum building, built in 1910 and restored in 2001 after a tipping process. The accomplishment of the task proposed allowed a discussion of possible issues regarding the tangible and the intangible cultural heritage with Basic Education students and, regarding to the formation of the teacher, it allowed the reflection on the concept of realms of memory, Pierre Nora, highlighting the interaction between memory and History and heritage as a way of coping with ruptures, nourished by questions regarding the order of time, as defined by François Hartog. Given these possibilities, the experience offers an understanding that educational actions developed within the museum are able to reframe the narratives, speeches and performances, considering the museum as a space for acquiring new knowledge.

Keywords: Cultural Heritage, Heritage Education, Museum, History, Memory.

1. Introdução

O presente texto reflete sobre a prática de estágio experimentada na disciplina de *Estágio de Docência em História III – Educação Patrimonial*, ministrada pela professora Carmem Zeli de Vargas Gil, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Composta de 10 horas de observação e de 30 horas-aula, a prática foi desenvolvida no Museu da UFRGS, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, durante os meses de setembro a novembro de 2011, aplicada a público variado, constituído por alunos da educação básica.

Atendendo à proposta da disciplina de desenvolver ação educativa em museu ou arquivo da cidade e à solicitação da coordenação pedagógica do Museu de abordar a história do prédio que o sedia, construído em 1910 e restaurado em 2001 após processo de tombamento, desenvolveu-se uma oficina – em verdade um jogo de tabuleiro –, cujo objetivo foi que os alunos conhecessem a história da edificação. Uma vez constatado o público-alvo da instituição, estudantes do ensino fundamental, um primeiro problema colocou-se logo de início: considerando que o prédio foi construído em 1910, como dar conta de tão longa história a partir do jogo pensado para crianças de 11 a 16 anos, dispondo de tão pouco tempo? A solução foi preparar uma apresentação ricamente ilustrada, abordando questões relativas à discussão do conceito de patrimônio cultural e a história do prédio; posteriormente, fazer com que os alunos interagissem com o jogo.

Partindo, então, da ação educativa experimentada, o presente trabalho aborda conceitos relativos ao patrimônio cultural tangível e intangível, bem como oferece reflexão sobre o conceito de lugar de memória, proposto por Pierre Nora (1993), e sobre a visão de patrimônio como maneira de viver as rupturas, tal qual definido por François Hartog (2006). Dessa forma, pretende-se oferecer o entendimento de que ações desenvolvidas no espaço do museu extrapolam o papel de simples suporte ao ensino de sala de aula, possibilitando a aquisição de novos conhecimentos.

2. Ação educativa no museu da UFRGS

Para a elaboração da ação educativa em questão, partiu-se de metodologia específica, idealizada de forma a proporcionar ao público-alvo da instituição o entendimento do prédio do Museu enquanto patrimônio cultural. Para tanto, entendida a educação patrimonial “como o ensino centrado nos bens culturais, objetivando proporcionar às pessoas (em especial às crianças) um maior contato com patrimônio cultural da sua região” (SOARES, 2009, p. 19) e considerando a complexidade do conceito de patrimônio, a ação foi pensada em dois momentos – apresentação ilustrada e jogo –, organizados em etapas capazes de facilitar o entendimento pelos alunos. O processo pode ser resumido da seguinte maneira: observação, com objetivo de apresentar uma “história ilustrada”; exploração, com o objetivo de problematizar o tema durante a apresentação; por fim, apropriação, com o objetivo de, através da interação lúdica proporcionada pelo jogo de tabuleiro, fixar o conteúdo. Dessa forma, os alunos puderam desfrutar da ação educativa em dois momentos, os quais, ao mesmo tempo, complementavam-se e reforçavam-se.

2.1. Patrimônio cultural

A apresentação inicial da ação proposta aos alunos, intitulada *Patrimônio Cultural e o Prédio do Museu da UFRGS*, iniciou com uma definição conceitual bastante ampla de *patrimônio cultural* retirada da página eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): “conjunto de manifestações,

realizações e representações de um povo”³. Com o objetivo de esmiuçar tal definição, abordaram-se as categorias de patrimônio cultural material e imaterial, ou tangível e intangível, através de exemplos tomados da cidade de Porto Alegre, como o Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, a Feira do Livro e o Mercado Público Central, buscando preparar um entendimento prévio que pudesse introduzir o prédio do Museu na lógica da ação educativa voltada à questão do patrimônio.

Nesse contexto, fez-se necessária, embora não fosse o objetivo central da ação educativa, uma aproximação dos alunos com o conceito de patrimônio imaterial, considerando a importância e a relevância que o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial⁴, instituído pelo Governo Federal em agosto de 2000, relegou às manifestações culturais identificadas como patrimônios imateriais (MEIRA, 2004). Neste momento, foi trazido o exemplo da Feira do Livro de Porto Alegre, evento simbólico como elemento cultural da cidade. Ainda, o Mercado Público serviu como exemplo de patrimônio cultural definido em ambas as categorias, considerando que a edificação que abriga o comércio de abastecimento da cidade passou por processo de tombamento através da Lei 4.317 de 1977, além de ser considerado espaço de grande relevância para as religiões de matriz africana⁵, onde se assiste, cotidianamente, a rituais de oferendas a divindades.

Tal painel expositivo tinha por objetivo mostrar que o patrimônio manifesta-se não apenas pela materialidade existente (SOUZA FILHO, 2006), mas também pelo seu caráter simbólico. Estendendo a definição de patrimônio para além dos bens materiais, arrolando-se também as atividades culturais ou lugares, buscou-se justificar a necessidade de preservação de elementos considerados patrimônio cultural por atribuírem identidade a diferentes grupos sociais. Conceito em franca expansão, assiste-se, no Brasil, à ampliação do campo de possibilidades para sua consolidação, não sem muita disputa pelos grupos que os reivindicam para si. O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, mencionado anteriormente, é o resultado de um movimento de quase oito décadas, cuja origem remonta à visão dos modernistas, capitaneados por Mario de Andrade, segundo a qual o patrimônio compreenderia “os bens arqueológicos, ameríndios, populares históricos e as manifestações de arte erudita e aplicada” (MEIRA, 2004, p. 21)⁶.

2.2. O prédio do museu da UFRGS

Finalizada a primeira etapa, de cunho conceitual, passou-se a tratar do prédio do Museu, através da abordagem de sua história. Ricamente ilustrada, a apresentação desta segunda parte dava conta dos diferentes usos da edificação desde 1915, quando foi inaugurada, até 2001, quando foi restaurado após processo de tombamento.

Iniciada em 1910, a construção de composição arquitetônica que remete ao estilo neoclássico foi idealizada pela Escola de Engenharia da UFRGS para abrigar o Laboratório de Resistências de Materiais (LRM) com a finalidade de avaliar os materiais utilizados pela construção civil. Após sediar o Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul (ITERS) – atual CIENTEC (Fundação de Ciência e Tecnologia) – durante o período de 1943 a 1966, o prédio passou a abrigar, em 1972, o laboratório do curso Tecnólogo em Curtumes e Tanantes da Escola de Engenharia, visando a atender a necessidade de mão de obra especializada no setor coureiro, já que o Rio Grande do Sul revelava-se um significativo pólo de curtumes e calçados do Brasil e da América do Sul. Em meados da década de 1990, demonstrando as marcas do tempo, foi interditado, principalmente, devido às más condições do telhado. Em 1999 foi aprovado o projeto de preservação dos prédios históricos da UFRGS, pelo Ministério da Cultura, inserido no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), considerando-os integrantes do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul – Lei nº 1.525, de 15 de setembro de 2000⁷. Dois anos depois, o antigo prédio do laboratório do Curso Tecnólogo de Curtumes e Tanantes torna-se a nova sede do Museu da UFRGS.

Ao final da apresentação surgiam duas imagens ilustrando a situação do prédio do Museu antes e depois do processo de restauração. Buscava-se, assim, definir a edificação como bem cultural, que precisa ser preservado como local significativo para parte da história e da memória do estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre. Introduzia-se, neste momento, a questão da preservação dos objetos culturais com o propósito de atribuir-lhes significado histórico, tornando-os instrumentos para a educação patrimonial. De acordo com Cerri (2008, p. 2),

ao definir algo como histórico, está presente a preocupação de comunicar, ensinar, fazer conhecer e lembrar. Ao preservá-lo, temos um ato educativo que se pretende perene, um verdadeiro currículo em pedra, posto a criar conhecimentos, reconhecimentos ou, no mínimo, afinidades e identificações.

Assim considerado, o prédio tinha condições de servir como exemplo de patrimônio cultural, valorizado por suas características arquitetônicas, pelo estudo de sua própria história, bem como pela possibilidade do uso de seu histórico para o ensino da História local.

2.3. Caminhando pelo museu: interação lúdica com a história

Elucidada a história dos diferentes usos do prédio do Museu e marcada sua caracterização como patrimônio cultural, dando seqüência à ação educativa, passou-se à execução do jogo de tabuleiro. Aplicada a público variado, conforme já mencionado, embora direcionada a alunos do ensino fundamental, a atividade intitulada Caminhando pelo Museu teve por objetivo conhecer a história do prédio sede do Museu da UFRGS de maneira lúdica, proporcionando aos alunos participação ativa.

Compunham o jogo um tabuleiro-base em acrílico com aproximadamente 3x1 m, sobre o qual módulos de papel pardo configuravam a planta baixa do pavimento térreo do prédio do Museu; sobre a planta, um caminho de “casas” numeradas conduzia uma caminhada pelos diferentes espaços do andar térreo; um dado construído em papelão de aproximadamente 40x25x25 cm; e cartas – as almofadas do Museu de aproximadamente 40x40 cm – para “comprar”, compostas de informações sobre a história do prédio e que definiam a quantidade de casas que o aluno deveria avançar, recuar ou não se mover. A turma era dividida em dois grupos, de cada um eram escolhidos três representantes: um para “caminhar” sobre a planta, um para lançar o dado e um para ler a carta “comprada”. A cada lance do dado, o representante escolhido para “caminhar” sobre as casas do tabuleiro movia-se de acordo com o número indicado no dado; em seguida, o outro representante “comprava” uma carta, lia a mensagem sobre a história do prédio e determinava que o colega avançasse, recuasse ou não se movesse, conforme estabelecia a carta. E assim sucessivamente, até que um dos grupos chegasse ao final do caminho.

Ilustrativo dos resultados é o depoimento da professora Teresinha, diretora da Escola Municipal Padre Luiz Müller, localizada no município de São Sebastião do Caí, Rio Grande do Sul, o qual indica alcance dos objetivos definidos e acerto na escolha da metodologia idealizada para a ação, na medida em que declara⁸:

ficamos muito satisfeitos de podermos participar da oficina proposta por vocês, pois foram nos proporcionados momentos de aprendizagens significativas e até mesmo desconhecidas para o nosso alunado. Os momentos de interação, contribuíram para a fixação das aprendizagens, onde eles demonstraram satisfação em participar da atividade proposta.

O relato corrobora não somente o entendimento da educação patrimonial tomado de Soares (2009), exposto no início do texto, como extrapola os resultados de pesquisa relatada por Chagas (*et al*, 2010), segundo os quais os resultados de estudos revelaram

uma percepção dos docentes a respeito do museu como um “suporte para o ensino realizado nas escolas”, e não tanto como um espaço onde novas descobertas e reflexões podem acontecer, estimulando inclusive a criatividade e ampliando as visões de mundo (2010, p. 53).

O envolvimento dos alunos de uma turma de 6º ano do ensino fundamental com a atividade, além de demonstrar que o jogo estava adequado à faixa etária do público-alvo, expõe a necessidade de que o ensino de história na educação básica, seja na sala de aula ou no espaço de museus ou arquivos, proporcione atividades que, combinados à aula expositiva, implique participação ativa dos alunos. Logo que entravam na sala de multimeios do Museu, onde ocorria a ação educativa, e deparavam-se com os elementos do jogo listados anteriormente, de imediato os alunos demonstravam curiosidade e interesse em se apropriar dos objetos.

Tal constatação expõe, do ponto de vista teórico, os estudos de Jean Piaget (1983) a respeito das fases do desenvolvimento cognitivo da criança. Segundo o autor, por volta de 11 a 12 anos, faixa-etária dos alunos do 6º ano, as estruturas operatórias formais, ou o *pensamento formal*, começam a se constituir. Com efeito, o diferencial do período *operatório-formal* é o fato de o indivíduo “poder recair sobre hipóteses e não mais apenas sobre objetos” (1983, p. 27), como ocorria no período anterior, *operatório-concreto*.

Do ponto de vista social, o pensamento formal possibilita uma importante conquista: o adolescente tem a capacidade de compreender e construir teorias, podendo participar da sociedade dos adultos. Essa capacidade está relacionada ao que Inhelder & Piaget (1976: 253) chama de “pensamento em segunda potência”, ou “pensamento sobre o próprio pensamento”, que é a capacidade de refletir sobre si mesmo e sobre suas idéias (MEINERZ, 2001, p. 26).

Em síntese, para utilizar termos do próprio Piaget (1983), o *pensamento formal* é viabilizado *graças às abstrações refletidoras* (p. 30). Pode-se afirmar, então, que os alunos em questão encontravam-se, considerando que *a adolescência não é vivida e elaborada da mesma forma por todos os indivíduos* (MEINERZ, 2001, p. 24), em algum ponto entre os dois períodos mencionados; no limiar, portanto, da abstração.

3. Refletindo sobre a ação educativa

As reflexões que ora apresentam-se decorrem tanto do processo de idealização e elaboração da ação educativa, quanto das elucubrações elaboradas pelos alunos durante aquela etapa de exploração pontuada anteriormente, a partir de problematizações do tema.

I.

Desde que se entrou em contato com a documentação disponível sobre os diferentes usos do prédio do Museu, foi possível identifica-lo como lugar de memória, tal e qual definido por Pierre Nora (1993, p. 21): “são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”. Conforme mencionado anteriormente, o patrimônio cultural não se configura apenas pela materialidade dos objetos culturais, mas também, e talvez primordialmente, através do significado histórico de tais objetos como representação de um estado de coisas.

O exercício de abordar os diferentes usos do prédio do Museu da UFRGS, recuperando sua história desde a idealização como laboratório de materiais até tornar-se instituição museológica universitária, torna sua condição enquanto lugar de memória facilmente compreensível. Primeiramente porque, considerado patrimônio cultural edificado, ou seja, sua própria materialidade atribui-lhe caráter memorialístico, pois sua inauguração data de 1915. Ainda, como parte significativa

da história e da memória do estado e da cidade, conforme já mencionado, torna-se elemento simbólico para a identidade local. Por fim, sua atual condição como sede do Museu da UFRGS atribui-lhe aquele sentido funcional definido pelo autor, capaz de garantir “a cristalização da lembrança e sua transmissão” (NORA, 1993, p. 22).

A especificidade do atual uso do prédio auxilia no entendimento da funcionalidade em questão. De acordo com Aristimunha e Fagundes (2010, p. 64), “o Museu da UFRGS não mantém uma exposição de longa duração com seu acervo. O acervo do Museu é utilizado nas exposições que envolvem a história e o contexto da universidade”⁹. Sendo assim, a instituição realiza, desde a sua concepção em 1984, “exposições com/ou integrando os acervos da universidade, desenvolvendo um projeto educativo para cada exposição, envolvendo as diversas áreas do conhecimento através dos docentes e discentes da universidade” (2010, p. 64-65), bem como estabelece parcerias para receber exposições externas. Dessa forma, ao abordar temas como o universo, as grandes invenções da humanidade ou a música, aproximando a sociedade em geral de temática diversificada, cristaliza conhecimentos científicos através da flexibilização da linguagem e da democratização do acesso à ciência. É, em última análise, a memória da ciência que se cristaliza através de sua transmissão como legado cultural.

Se aceitarmos a visão segundo a qual “a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas” e que “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose” (NORA, 1993, p. 22), o prédio do Museu da UFRGS cumpre todos os requisitos para ser considerado lugar de memória, seja pelo seu uso atual, seja pelos diferentes usos ao longo dos anos.

Ante à reflexão exposta a cerca da questão dos lugares de memória, em se tratando o presente trabalho de resultados oriundos de experiência de estágio docente em História, deve-se considerar a problemática proposta por Horta (2005) aos historiadores. Se os lugares de memória, entendidos agora como objetos culturais, materiais ou imateriais, podem ser considerados patrimônios porque, entre outros fatores, atribuem significado a determinados grupos sociais na medida em que forjam uma identidade decorrente da memória coletiva, no sentido que lhe atribuiu Maurice Halbwachs (2006), ou seja, uma construção social e um fenômeno coletivo, então

cabe aos historiadores encontrar não só esses “lugares”, ou “locus/loci” da rememoração, como também demonstrar de que maneira e por meio de quais instrumentos essa memória é construída ao longo do tempo, e quais os “modelos” que vão embasar essas construções (2005, p. 37).

A dificuldade que se mostra ao trabalho do historiador ante os apontamentos realizados pela autora parece residir na já clássica oposição entre história e memória; esta, a lembrança afetiva da vida; aquela, a representação crítica e incompleta da vida (NORA, 1993). Tal dificuldade, em verdade, é enfrentada na própria construção do conhecimento histórico em geral, contudo parece potencializar-se quando do processo de definição de elementos como patrimônio cultural, já que, neste caso, cabe à história trabalhar sobre uma construção que é resultado da memória coletiva de um grupo social.

II.

Embora fosse considerado público-alvo da ação educativa alunos do ensino fundamental, uma turma de educação infantil, formada por um grupo de crianças com aproximadamente cinco anos, visitou o Museu durante o período em se desenvolvia a ação educativa. Um tanto indiferentes às imagens e à explicação durante a apresentação, os alunos esboçaram alguma reação ao surgir na tela duas imagens ilustrando a situação do prédio antes e depois da restauração. Curiosamente parece ter sido somente neste momento que as crianças reconheceram que havíamos tratado ali do local onde eles se encontravam. Aparentemente deslumbrados com tal descoberta, aproveitou-se para lançar um questionamento: o prédio do Museu é novo ou velho? A resposta, surpreendentemente, foi: novo! Embora tenham se referido ao estado e não à "idade" do prédio, a resposta dada pelas crianças não está de todo equivocada se a interpretarmos conforme o fenômeno assinalado por Hartog (2006a), segundo o qual "a patrimonialização ou a musealização [vem] se aproximando sempre mais do presente" (p. 268) e, conseqüentemente, causando uma proliferação patrimonial observada atualmente.

Tal aproximação com o presente guarda relação com o novo regime de historicidade, entendido como "os diferentes modos de articulação das categorias do passado, presente e do futuro" (HARTOG, 2006^a, p. 14), experimentado pelo mundo ocidental a partir da segunda metade do século XVIII (HARTOG, 2006b). Neste contexto, a experiência revolucionária francesa, ao romper com a perspectiva escatológica em voga até então, tornou o tempo campo de atuação do homem, que passa, dessa forma, a desenhar um prognóstico de futuro. No entanto, para que tal perspectiva fosse viabilizada, as ações praticadas no presente em direção ao futuro acabaram por deflagrar um processo de aceleração do tempo, na medida em que se pressupôs uma idéia de progresso (KOSELLECK, 2006).

Se desde a Revolução Francesa as ações do homem são orientadas em direção ao futuro, que, de tão promissor, roga-se a antecipação de sua chegada, é igualmente necessário que, diante de tal aceleração, surja um fenômeno de preservação. Aqui, precisamente, reside a questão do patrimônio. Nesse sentido,

ante o fenômeno da proliferação patrimonial contemporânea, explica Hartog (2006a) que “este patrimônio é ele mesmo trabalhado pela aceleração: é preciso fazer rápido antes que seja muito tarde, antes que a noite caia e o hoje tenha desaparecido completamente” (2006a, p. 272). Durante este processo de construção, de forma aparentemente contraditória, ao preparar-se um objeto do passado como patrimônio para atravessar o tempo em direção ao futuro, acaba-se por relegá-lo forte caráter presentista, na medida em que, almejando imortalizá-lo, atribui-lhe o peso das características e das expectativas formuladas desde o presente. Assim,

o patrimônio jamais se nutriu da continuidade, mas, ao contrário, de cortes e da problematização da ordem do tempo, com todos os jogos de ausência e presença, do visível e do invisível, que marcaram e guiaram as incessantes e sempre mutantes formas de produzir semióforos (2006a, p. 272).

De acordo com tal lógica, a produção de significado no âmbito do patrimônio se dá desde um presente formatado segundo padrões culturais estabelecidos e, mais do que esse critério, segundo o regime de historicidade característico do contexto e do local no qual estão inseridos os grupos sociais que reivindicam para si determinada identidade. No caso da resposta dada pelas crianças à pergunta formulada em relação ao prédio do Museu, a produção de significado pode ser identificada como carregada de caráter presentista, se considerarmos que elas somente reconhecem como seu aquilo que pertence ao seu tempo, o que é para elas novo.

Por fim, deve-se frisar que esta segunda reflexão decorre da aplicação da ação educativa àquele grupo da educação infantil. Fica agora mais claro que, naquele momento, alcançava-se uma série de objetivos pressupostos para a educação patrimonial, na medida em que assistia-se àquelas crianças com aproximadamente cinco anos, ainda que inconscientes das reflexões que desenvolviam, oferecendo os subsídios para a discussão conceitual que ora conclui-se.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Campo relativamente novo da atividade docente, a educação patrimonial pensada a partir de experiência desenvolvida no espaço de instituições culturais, como é o caso do Museu da UFRGS, configura-se uma possibilidade de construção e reformulação do conhecimento histórico a partir da realidade na qual o aluno está inserido. Situação recorrente é a observada no ensino de História desenvolvido no espaço tradicional da sala de aula, onde a realidade do aluno é, quase sempre, um tanto distante daquela em que está inserido o professor, seja no que se refere ao contexto histórico, seja quanto à configuração social.

O ensino de história, qualquer que seja, esbarra sempre na questão, por natureza, da própria disciplina histórica: a problemática do tempo. E não se trata aqui somente dos regimes de historicidade abordados no presente trabalho, tal qual

definidos por Hartog (2006b), mas do próprio deslocamento temporal do professor em relação ao aluno. Nesse sentido, a lógica da sociedade contemporânea parece, por vezes, configurar-se como uma espécie de “inimiga” da disciplina histórica, na medida em que está alicerçada na produção de objetos materiais; lógica passível de um entendimento facilitado se comparada àquela abstração inerente à construção de qualquer conhecimento, entre os quais, o conhecimento histórico.

Tal raciocínio decorre da reflexão desencadeada a partir da experiência da qual se partiu para a elaboração deste trabalho. A ação educativa, da forma como foi idealizada, em dois momentos, um primeiro conceitual através de aula expositiva, seguido de um segundo de interação lúdica com a história do prédio do Museu, demonstra, como já foi observado aqui, a necessidade que a geração que aí está tem de interagir com objetos materiais para alcançar algum entendimento abstrato.

Abordar conceitos configura-se sempre um desafio à prática docente. Ao se trabalhar conceitualmente com o patrimônio cultural, tal desafio se potencializa na medida em que, conforme se relatou, o campo de possibilidades para sua consolidação ainda encontra-se em franca expansão e disputa. Ante este cenário, é preciso criar, no âmbito da educação patrimonial, uma metodologia capaz de gerar um entendimento daquilo que representam, e para quem representam, os objetos considerados patrimônio.

Da efetivação da proposta de ação educativa, buscou-se um entendimento da questão em dois eixos: um primeiro junto aos alunos, a partir da abordagem histórica dos diferentes usos do prédio do Museu, dando ênfase ao seu significado e importância para a História local, para, em um segundo, enquanto docente, desenvolver as reflexões teóricas a cerca de sua condição como lugar de memória, capaz de problematizar a questão da ordem do tempo.

Ante a experiência da ação educativa, os resultados oriundos de sua efetivação e a discussão ora apresentada, “o museu pode ser compreendido como instituição cultural e tecnologia social capaz de ressignificar a herança cultural e colocar em evidência ou mesmo em confronto narrativas, discursos e interpretações distintas” (CHAGAS et al, 2010, p. 49). Percepção esta constatada quando se pensa no processo de elaboração da ação experimentada, no comportamento dos alunos durante as etapas de observação, exploração e apropriação, no retorno oferecido, por exemplo, pelo relato da professora Teresinha ao mencionar a aquisição de aprendizagens desconhecidas até então, na resposta dada pelos alunos ao definirem o prédio do Museu como novo, trazendo à tona a questão da preservação do patrimônio cultural edificado e a possibilidade de se romper com o paradigma que considera o patrimônio apenas como “coisa velha, coisa antiga” (CHAGAS et al, 2010, p. 50); por fim, percepção constatada através da reflexão teórica realizada neste trabalho a partir de uma ação prática, um dos pressupostos do processo de formação docente.

Referências bibliográficas

- ARISTIMUNHA, Claudia Porcellis; FAGUNDES, Ligia Ketzer. Museu da UFRGS, Trajetória e Identidade de um Museu Universitário. Patrimônio e Memória, UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 6, n. 2, p. 58-77, dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedap.assis.unesp.br/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v6.n2/artigos/museu_ufrs.pdf>. Acesso em 23 set. 2011.
- CERRI, Luiz Fernando. Currículos de pedra - Patrimônio Histórico e Ensino de História: notas para a pesquisa e o ensino. Conferência de Abertura XI Encontro Regional de História da Associação Nacional de História/Seção Paraná, 2008, p. 2.
- CHAGAS, Mário de Souza, et al. Museus e Público Jovem: percepções e receptividades. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio, MAST, v.3, n.1, jan/jun, 2010, p. 49-66.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul-dez. 2006a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2011.
- _____. Tempo e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 13-29, 2006b.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. A memória pública: Os lugares da memória. In: Brasil, Ministério da Educação. *Memória, Patrimônio e Identidade*. Boletim 4, DF, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- MEINERZ, Carla Beatriz. *História Viva: a história que cada aluno constrói*. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas Públicas e Gestão do Patrimônio Histórico. In: *História em Revista*, Pelotas, vol. 10, dez/2004, p. 17-27.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2011.
- PIAGET, Jean. *Epistemologia genética ou sabedoria e ilusões da filosofia ou problemas de psicologia genética*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SOARES, André Luis Ramos. Dr. Jeckyl and Mister Hide ou “A educação patrimonial serve a quem”? In: ZANON, Elisa Roberta; BRANCO, Patrícia Martins Castelo; MAGALHÃES, Leandro Henrique Magalhães (orgs.). *A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país*. Londrina: EdUniFil, 2009.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens culturais e sua proteção jurídica*. Curitiba: Juruá, 2006.

Notas

- 1 Este trabalho foi apresentado originalmente na XVIII Jornada de Ensino de História e Educação: Ensino de História: imagens e mídias, realizada na UNISINOS, São Leopoldo, entre 04 e 06 de junho de 2012.
- 2 Licenciado em História (UFRGS) Uergs
- 3 <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginaIphan>. Acesso em 09 jun. 2012.
- 4 O Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, “através dos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares, serão inscritos os conhecimentos, modos de fazer, rituais, festas, manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços, tendo como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (MEIRA, 2004, p. 25).
- 5 http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/historico_mercado_publico_1.pdf Acesso em 09 jun. 2012.
- 6 Para um histórico das concepções de patrimônio no Brasil e no mundo, ver MEIRA, 2004.
- 7 <http://www.predioshistoricos.ufrgs.br/>. Acesso em 09 jun. 2012.
- 8 O relato em questão foi reproduzido tal e qual redigido pela professora.
- 9 O acervo foto documental do Museu da UFRGS provém da Comissão de História, do Núcleo de Documentação e Memória Social, da antiga Assessoria de Imprensa da UFRGS (atual Coordenadoria de Comunicação), do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE) e de particulares (ARISTIMUNHA; FAGUNDES, 2010).